



APROVADA

NA 643 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 639
30 de abril de 1997
Hora: 10h às 10h 45m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes do Senhor Engenheiro Roberto Casañas, Representante da OEA.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 638ª. sessão.
4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho que analisa o cumprimento do programa de atividades para 1997.
5. Relatório da Secretaria-Geral sobre os resultados obtidos nos programas de cooperação acordados com cada um dos Observadores.
6. Apresentação dos Estudos elaborados pela Secretaria-Geral.
 - Situação e perspectivas da liberalização comercial no âmbito da ALADI. (ALADI /SEC/Estudo 99).
 - ALADI comportamento do intercâmbio comercial com os E.U.A. 1990-1995 (ALADI/SEC/Estudo 100).
7. Assuntos diversos.
 - Informação sobre a visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil.
 - Sétima Reunião do Comitê de Sementes (28-30.X.1996).



Preside:

JESUS SABRA

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo Moreno e Flaviano G. Forte (Argentina), Antonio Céspedes Toro e José Guillermo Loria González (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares, Flavio Marega e Antonio Otávio Sá Ricarte (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia e Leopoldo Durán Valdés (Chile), Henry Javier Arcos (Colômbia), Moisés Arteaga Lozano e



Durán Valdés (Chile), (Henry Javier Arcos (Colômbia), Moisés Arteaga Lozano e Humberto Jiménez Torres (Equador), Rogelio Granguillhome Morfin, José Luis Solís, Arturo Juárez Juárez e Bernardo Flores Ortíz (México), Alfredo Núñez e Susana Morinigo (Paraguai), Efraín Saavedra Barrera e Pedro Bravo Carranza (Peru), Adolfo Castells Mendivil, Carlos A. Zeballos, José Roberto Muineló e Bruno Faraone (Uruguai), Juan Moreno Gómez, Oscar Fornoza e Ariel Vargas (Venezuela), Diana Cantón (Cuba), Zourab Peradze (Rússia)

Secretário-Geral: Antonio J.C. Antunes.

Secretários-Gerais Adjuntos: Juan Francisco Rojas e Isaac Maidana Quisbert.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Damos início à 639ª sessão ordinária do Comitê de Representantes. Os Senhores Representantes receberam com suficiente antecipação a ordem do dia, a qual submeto a sua consideração. Desejo salientar que há uma Revisão 1, que figura nas pastas dos senhores e que abrange sete pontos.

Não havendo observações, APROVA-SE.

Passamos ao ponto seguinte.

- Incorporação ao Comitê de Representantes do Senhor Engenheiro Roberto Casañas, Representante da OEA.

... A continuação temos a incorporação ao Comitê de Representantes do Representante da OEA, Engenheiro Roberto Casañas.

É para nós um grande prazer tê-lo como Observador neste Comitê em um dia tão transcendental para a própria organização da OEA, já que hoje cumpre 49 anos de existência, pois a Carta Constitutiva se aprovou em 30 de abril de 1948.

O Engenheiro Roberto Casañas é Diretor do Gabinete da Secretaria-Geral da OEA no Uruguai e teve uma brilhante atuação durante 18 anos nesta Organização, em diferentes países da América Latina: Bolívia, Equador, Paraguai, Brasil, como também na própria sede da OEA, em Washington. É Engenheiro Civil, formado na Argentina. Depois realizou estudos de pós-graduação sobre Engenharia Ambiental nos Países Baixos.

O fato de ter conhecido o Engenheiro Roberto Casañas com antecipação a este encontro me permite dizer que é uma pessoa que revela uma grande sensibilidade pelos temas da América Latina e, portanto, é o homem indicado para tê-lo aqui em nossas reuniões e poder realizar um bom contato pessoal com ele.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Primeiro quero dar as boas-vindas ao Senhor Representante da OEA como Observador.



É muito confortante que Vossa Excelência esteja representando esse Organismo, porque sabemos que é um missionário da integração. Trabalhou muitas vezes pela integração e é um entusiasta da cooperação entre a ALADI e a OEA, cooperação que vem desde 1988, quando se assinou o primeiro acordo de cooperação; continuou em 1989 com um acordo específico sobre melhoramento do sistema aduaneiro e prosseguiu em 1994 com um acordo sobre comunicações. Agora retoma-se com novo ímpeto, através da Unidade de Comércio junto com a ALADI. Estamos a ponto de assinar outro acordo com o Secretário-Geral da OEA, no sentido de buscar maior intercâmbio de informações. Instala-se lá o sistema da ALADI e a OEA nos fornece todos os dados que necessitamos sobre Estados Unidos e Canadá. Este é um convênio que já está funcionando antes de sua formalização. Estamos preparando o texto para ser assinado em Washington. Já viajou um funcionário nosso para instalar na OEA o sistema, para verificar os dados existentes. Também, juntamente com a OEA, estamos tratando de obter os dados dos países da América Central. Com apoio da OEA um funcionário nosso foi visitar o SIECA para ver isto. De modo que estamos em um período de muitas possibilidades e muito nos conforta que Vossa Excelência haja assumido como Representante, porque conhecendo-o como o conhecemos, sabemos que a cooperação entre a ALADI e a OEA será dinamizada.

Seja bem-vindo e receba todo o apoio de nossa Secretaria. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário.

Tem a palavra o Engenheiro Roberto Casañas.

Representação da OEA (Roberto Casañas). Obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente do Comitê de Representantes, Embaixador Jesús Sabra, Senhores Representantes Permanentes, Senhor Secretário-Geral da ALADI, Engenheiro Antonio Antunes, Senhores Observadores, e para mim motivo de grande satisfação, pessoal e institucional, estar hoje aqui nesta sessão do Comitê da ALADI representando a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos em caráter de Observador. A mesma reflete uma representação institucional que faz eco do espírito contido nos acordos de cooperação e coordenação formalizados entre a Secretaria-Geral da OEA e a Secretaria-Geral da ALADI nos anos 82 e 88.

Este último acordo reafirmou a intenção de ambas as Organizações de cooperar reciprocamente e coordenar e harmonizar seus procedimentos de coordenação para a obtenção de tais objetivos. O intercâmbio de informação e de peritos, bem como a participação em reuniões e conferências de interesse comum foram mecanismos aplicados, os quais provavelmente serão intensificados no futuro imediato para fazer frente ao desafio da globalização e aos processos de integração. Ambas as Organizações atribuíram uma altíssima prioridade a estes temas, orientando seus esforços para acelerar tanto o processo de integração como o comércio intra-regional.

Nesta Casa, em reiteradas oportunidades, nossa Organização foi convidada para participar de reuniões e foros organizados pela ALADI, como também aqui foram realizados numerosos eventos significativos para OEA. O mais recente deles foi a Reunião de Peritos sobre o Desenvolvimento Jurídico da Integração realizado aqui no mês de março próximo passado e uns meses antes o Seminário Interamericano sobre Participação Pública para a Gestão no Desenvolvimento Constante. Outra, de real significado para a OEA, foi a Sessão de Abertura para estabelecer a Comissão Especial de Comércio, realizada aqui em junho de 1995.



A complexidade da problemática nos processos de integração e nos referentes ao comércio requer esforços dobrados para vencer os diferentes obstáculos que se apresentem. Estes esforços devem ser desenvolvidos tanto pelos países como pelas Organizações de caráter hemisférico e sub-regional que os próprios Estados constituíram, visando a coordenação de atividades, evitando superposição de esforços, por um lado, e logrando aproveitar as capacidades instaladas em cada Organização, pelo outro.

A participação do Representante da Secretaria-Geral da OEA como Observador permite, sem lugar a dúvidas, conhecer melhor a ação programática da ALADI e assim poder identificar mais efetivamente temas ou assuntos que possam ser motivo de complementariedade e desenvolvimento de atividades conjuntas. A adequada comunicação entre ambas as Organizações que se dá com esta participação como Observador contribuirá a um fluído fluxo de informações que facilitará a identificação desses temas e atividades.

Alguns passos merecem ser assinalados nessa identificação de temas de interesse comum, os quais permitiram dar início recentemente, eu diria, basicamente, há poucas semanas, a um trabalho conjunto com apoio da OEA e da ALADI sobre sistema de informação sobre comércio, o qual deverá continuar. Outros assuntos como tributação, negociações de contratos internacionais, formação de negociadores, desenvolvimento do turismo e desenvolvimento constante podem ser áreas temáticas que poderão gerar esforços conjuntos, requerendo para isso delinear esses esforços, avaliar suas viabilidades e trabalhar para tornar realidade o espírito do acordo formalizado entre ambas as Organizações.

Quero assinalar neste contexto o manifestado pelo Secretário-Geral da OEA, Doutor César Gaviria, em oportunidade de assumir a Secretaria-Geral da OEA em setembro de 1994: "muito se avançou nas Américas para aproximar o hemisfério dos ideais que recolhe a Carta da Organização. A Democracia, que era a exceção, converteu-se na regra; o estatismo e as muralhas comerciais foram derrubadas para dar passagem à iniciativa privada, à reforma econômica e do Estado, à integração e à abertura; "... mais adiante continuava ... "foram clausuradas décadas de beligerância e rivalidade entre países irmãos; a paz interna se tornou possível em muitas nações mediante o diálogo e a negociação, e renasce a convicção de que agora sim chegou a hora das Américas", fim da citação.

Neste contexto as organizações regionais e sub-regionais estão chamadas a participar ativamente para tornar realidade essa convicção. Neste sentido, o Secretário-Geral expressava poucos meses depois, nesta Casa, por ocasião da sessão de abertura da Comissão Especial de Comércio, "... a ALADI foi precursora e pilar da integração da América Latina. Suas contribuições para a análise das novas realidades do comércio hemisférico serão uma contribuição ao empenho da integração continental", fim da citação.

A OEA deu vários passos em um curto prazo para apoiar o processo de conformar uma Área de Livre Comércio das Américas. O estabelecimento da Comissão Especial de Comércio, por um lado, e a criação da Unidade de Comércio dentro da Secretaria-Geral, pelo outro, constituem as duas bases fundamentais do desenvolvimento e adequação dos instrumentos orgânicos da mesma. A Organização vem desenvolvendo um ativo trabalho no grupo tripartite OEA - BID - CEPAL e sem lugar a dúvidas a ALADI pode dar contribuições efetivas para essas ações.

O desafio é grande e os obstáculos surgirão, mas a vontade de esforçar-se para atender as decisões que, nos níveis superiores, são adotados em prol de um hemisfério integrado, requer cada vez mais unir esforços e desenvolver trabalhos conjuntos ou complementares. Estimamos que este caminho recentemente iniciado no tema de informação comercial é um bom exemplo, o que poderão seguir outros.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado e bem-vindo.

Prosseguimos com a ordem do dia.

2. Assuntos em pauta.

... Tem a palavra a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, dos assuntos em pauta que figuram nas pastas das Representações e aos quais corresponde dar entrada na presente ata, cabe destacar a contribuição do Chile, de US\$ 300.000,00, como o saldo final da contribuição correspondente ao orçamento de 1997.

Agradecemos muito, como não podia deixar de ser, e creio que todos ficam muito reconhecidos com a proverbial pontualidade com que o Chile sempre pagou suas quotas. Era apenas isso, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Queremos, também através da Presidência, agradecer ao Senhor Representante do Chile suas gestões perante seu Governo para fazer chegar a tempo a contribuição da quota final, do saldo final da contribuição do ano 97.

Passamos a outro ponto.

3. Consideração da ata correspondente à 638ª. sessão.

... Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

4. Relatório do Coordenador do grupo de trabalho que analisa o cumprimento do programa de atividades para 1997.

Este grupo está a cargo do Senhor Embaixador Granguillhome.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome Morfin). Obrigado, Senhor Presidente. Por mandato do Comitê de Representantes, o grupo de trabalho encarregado do cumprimento do programa de atividades da Associação vem se reunindo em sessões mensais regulares. A última delas, Senhor Presidente, foi realizada dia 9 de abril.

Até o presente, o grupo viu com satisfação o esforço realizado pela Secretaria-Geral para cumprir adequadamente com o Programa de Atividades, bem como com a atenção daquelas solicitações de conjunturas emanadas do próprio Comitê.



O grupo de trabalho destacou o trabalho da Secretaria-Geral no aperfeiçoamento da metodologia utilizada para a elaboração de seus documentos de base.

Até o presente, Senhor Presidente, foram cumpridos cabalmente os trabalhos encomendados, em matéria de documentação e de informes, nos prazos previstos. Cabe salientar que conforme as necessidades de programa da própria Secretaria-Geral, em alguns casos, Senhor Presidente, o grupo de trabalho realizou novos e correções mínimas no calendário de duas ou três semanas.

Na última reunião do grupo de trabalho, Senhor Presidente, dedicou-se boa parte do tempo ao intercâmbio de opiniões sobre o Programa de Capacitação da Secretaria-Geral que já está vigente. Também, foi dada atenção especial ao avanço do programa referente ao Sistema de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo. O grupo de trabalho também nesta última sessão tomou nota do estudo que está sendo feito pela Secretaria-Geral, referente à criação da Área de Livre Comércio das Américas e foi destacada a importante contribuição que terá este documento no processo de negociações. É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. Desejaria, através desta Presidência, agradecer a Vossa Excelência especialmente pelo esforço feito pela comissão para acompanhar cabalmente o Programa de Atividades. Também, agradeço à Secretaria por sua dedicação evidente no cumprimento desse Programa de Atividades.

Pensamos que esta metodologia de acompanhamento é muito útil e permite ao Comitê estar informado sobre os avanços que realmente se estão realizando. Por exemplo, é importante salientar que Vossa Excelência se referiu aos estudos sobre os Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo e, hoje, nos assuntos em pauta, consta um informe da Secretaria sobre o tema dos trabalhos realizados pela Secretaria em favor dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo no documento di 939. Creio que seria útil se algum dos países envolvidos desejasse fazer alguma intervenção sobre o assunto, seria muito bem-vindo por este Comitê.

Senhores Representantes, não havendo observações ou novos esclarecimentos para solicitar ao Coordenador deste grupo de trabalho, passaríamos para o ponto seguinte.

5. Relatório da Secretaria-Geral sobre os resultados obtidos nos programas de cooperação acordados com cada um dos Observadores.

... Quero lembrar-lhes que este é um mandato que lhe deram à Secretaria para que informar periodicamente a este Comitê sobre os avanços dos programas de cooperação subscritos e sua evolução em seu cumprimento com os Países Observadores. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana Quisbert). Muito obrigado, Senhor Presidente. Hoje foi distribuído o documento di 904, no qual consta detalhado o informe que a Resolução 202, Artigo sexto, encomenda a Secretaria-Geral sobre a situação dos programas de cooperação com os países e organismos observadores.

Talvez, seria conveniente lembrar o quadro normativo que regula os organismos observadores sobre este tema. Há dois aspectos fundamentais. Por um lado, aqueles que já tinham o *status* de observador antes da Resolução 202, a obrigação era revisar ou estabelecer os programas de cooperação respectivos. Aqueles países ou organismos que obtiveram a qualidade de observadores após à Resolução 202 tinham a obrigação de, junto com o pedido de admissão, entregar um programa de



cooperação previamente acordado com a Secretaria-Geral. Este é o quadro normativo. A situação dos organismos observadores é bastante satisfatória, porque com os sete organismos com os quais o Comitê compartilha aqui os trabalhos como Observadores, a maioria teve uma ação periódica de trabalho, de cooperação e de relação com a Secretaria-Geral. A maioria tem acordos já subscritos, salvo no caso do BID que, embora hoje tenha um acordo quadro formal, mas existem acordos específicos que permitiram uma série de atividades muito concretas na matéria, por exemplo: o sistema integral de informação. Quer dizer, que o fato de não contar com um acordo quadro com o BID não foi impedimento para estabelecer projetos específicos.

Saliento, também, que dos sete organismos, ou seja, a OEA, CEPAL, SELA, CAF, União Européia, PNUD e BID, somente com a União Européia não foi possível realizar nenhum trabalho concreto nos últimos anos, apesar das gestões realizadas pela Secretaria-Geral há um tempo.

Quanto aos países, a situação é um pouco mais complexa dado que, precisamente, com base no mandato da Resolução 202, a Secretaria fez contatos com aqueles países que ainda não tinham um acordo de cooperação. Eles são: a Espanha, Portugal, Itália e Suíça. Foram orientados e apoiados para poder estabelecer um acordo de alguma natureza das constantes na Resolução 202, particularmente fornecendo-lhe algumas opções em diferentes campos. Propomos, por exemplo, um intercâmbio de missões comerciais, apoio para a realização de foros e seminários, programas de apoio às PIMES, assistência técnica a setores específicos, ações de capacitação através de bolsas em matérias a determinar, doação de equipamentos, contribuições financeiras, etc. Isto como possíveis campos de cooperação e em nenhum deles tivemos, ainda, apesar dos contatos diretos e das reuniões que mantivemos com cada uma destas missões, respostas satisfatórias.

Concluindo, com estes países não temos um acordo de cooperação vigente tal como obriga a Resolução 202, mas sim com outros países, como a Romênia, Rússia e China, que também eram observadores antes da Resolução 202, que tinham acordos de cooperação e ações concretas de cada um deles. Saliento por exemplo, o caso da Romênia, que ofereceu bolsas de estudos nas áreas de engenharia, economia, medicina, veterinária, agronomia, etc, durante 1994 e 1995 e muitas dessas áreas foram aproveitadas por alguns dos países-membros.

No caso da Rússia, ofereceu quinze bolsas estatais para educação superior, jornalismo, jurisprudência, economia, administração de empresas e também foram comunicadas oportunamente às diferentes Representações.

No caso da China, doou equipamentos de computação por uma quantia de US\$ 2,660.

Em resumo, Senhor Presidente, desejaria salientar que sobre esta matéria concreta de obter um acordo de cooperação com os países que não o fizeram haveria que tomar alguma ação, além da que a Secretaria está levando a cabo, seja formal ou informal, com os Chefes de Missão ou Alternos destes países. Talvez um caminho poderia ser ter alguma reunião formal ou informal com estes países em nível de Comitê para poder motivá-los e alertá-los sobre o descumprimento com uma das regulamentações do Regulamento de Observadores.

Senhor Presidente, não desejaria aprofundar mais a informação constante no documento de trabalho 940. Se houver alguma consulta, com muito prazer podemos ampliá-la.



PRESIDENTE. Muito obrigado.

Creio que o resumo foi muito completo e a respeito dos temas de ação creio que deveríamos ter algum tipo de debate. Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Obrigado, Senhor Presidente. Preocupa-nos, principalmente, a situação com a Espanha. Há todo um contexto nos últimos meses, visita do Rei, visita de Aznar a Buenos Aires, enfim, todo um ambiente de uma estreita cooperação política e econômica com a Espanha. Então, consideramos como um sinal contraditório que ainda não se logre assinar esse convênio. Não sei qual poderia ser o procedimento. Talvez o Presidente com o Secretário-Geral poderiam ter uma reunião com o Embaixador da Espanha que está relativamente recém chegado, de maneira de poder fazer novamente uma gestão no mais alto nível possível. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito bem, creio que é uma sugestão muito positiva. Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome Morfin). Obrigado, Senhor Presidente. Ia comentar algo semelhante ao manifestado pelo Senhor Representante do Chile. O mesmo caso é com a União Européia, onde não há formalmente nenhuma aproximação e vemos que, cada vez mais, do ponto de vista político e econômico, como concretamente comercial, o grupo tem mais presença em nossa região. Creio que seria conveniente motivar à Secretaria para uma mais eficiente aproximação com a União Européia.

Desejaria, Senhor Presidente, através de Vossa Excelência, fazer uma consulta. Entendo que a ALADI é Observador junto à OEA. Não é?

SECRETARIO-GERAL. Posso responder?

PRESIDENTE. Pois não.

SECRETARIO-GERAL. Não há: somente são observadores junto à OEA países. Inclusive fizeram uma exceção muito grande para incluir a União Européia como observador e digo observador permanente. Acontece que cada vez que há uma reunião do Órgão máximo nos convidam como observadores, como de fato estamos convidados para a reunião de Lima. Mas, não há uma característica de observador permanente porque não faz parte das normas da própria OEA para uma instituição, ou para organismos senão para países.

PRESIDENTE. Obrigado.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome Morfin). Se me permite, Senhor Presidente. Talvez nos termos propostos pelo Secretário-Geral seria conveniente que além de procurar a participação da Secretaria no Órgão máximo da OEA, na Assembléia Geral, desde que a presença de comitês e de órgãos da OEA sejam relevante muito recentemente, como é a Comissão Especial do Comércio, o recém estabelecido Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, seria conveniente que também na oportunidade, pelo menos desses dois comitês, a Secretaria-Geral fosse convidada. Consideramos importante também sua presença, talvez com o caráter mencionado pelo Secretário-Geral, ou seja sem um *status* formal. Mas, dessa maneira, com esta informalidade, procurar a presença da ALADI como observador, pelo menos, nas reuniões da Comissão Especial do Comércio e do

Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral. Muito obrigado, Senhor Presidente.



PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

Tomamos devida nota da preocupação sobre a União Européia, junto com a da Espanha. Creio que a presença de nosso Representante junto à OEA, facilitaria a preocupação de Vossa Excelência sobre a possibilidade de ser convidados, tanto pela Comissão Especial do Comércio quanto a do Conselho. Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente. Também apoiamos o manifestado pelas Representações do Chile e do México no sentido de que se realize uma gestão particular com a Espanha e a União Européia e com a OEA. Creio que talvez seria bom que a Presidência do Comitê -a sugestão do Brasil é essa- e a Secretaria-Geral tivessem uma série de entrevistas e diálogos com cada um dos organismos, caso União Européia e caso países com todos, independentemente dos vínculos muito mais particulares que têm alguns dos países observadores com a Associação e/ou com a Comunidade Latino-Americana. Creio que deveríamos tentar que o Regulamento fosse efetivamente cumprido "erga omnes", uma vez que os países já o cumprem, seria inclusive uma sanção, um tratamento diferencial negativo, que a lei somente fosse cumprida por alguns e não por todos.

Então, minha sugestão é que realmente se organize um ciclo de entrevistas da Presidência e da Secretaria-Geral com a Organização e com os países que ainda não cumprem com o Regulamento. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito bem. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Gustavo Adolfo Moreno). Obrigado, Senhor Presidente. Creio que é uma opinião compartilhada, tanto a preocupação da Representação do Chile quanto as do México e do Brasil. Nesse sentido somente chamaríamos a atenção de Vossas Excelências porque tenho entendido que está previsto receber o novo Embaixador da Espanha no Comitê nas próximas reuniões. Então, deveríamos levá-lo em conta para fazer contatos com a Representação da Espanha, previamente à apresentação do novo Embaixador da Espanha junto ao Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito bem. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETARIO-GERAL. Senhor Presidente, realmente recebemos as cartas credenciais do Embaixador da Espanha complementando a informação dada pelo ilustre Representante da Argentina. O Embaixador da Espanha está para ser aceito aqui como Representante do Governo da Espanha em caráter de Observador neste Comitê. Além disso, em uma visita que nos fez, manifestou sua vontade de fazer uma cooperação. Portanto, isso confirma as observações feitas sobre a Espanha.

A respeito da União Européia, desejo informar que temos contato permanente com essa organização em vários aspectos. Diretamente, formalmente, não resultou muita coisa, como informou o Secretário-Geral Adjunto, Isaac Maidana. O último contato que tivemos foi com o Embaixador Fessaguet que sugeriu uma contribuição entre a ALADI, a Secretaria e a EUROSTAT, que é o Organismo Estatístico da União Européia. Recebemos a resposta de que não era possível porque a EUROSTAT, já está tendo programas de cooperação com países latino-americanos e da ALADI e



com outros organismos regionais de integração. Mas, temos uma possibilidade em andamento, em negociação com o IRELA, que é um organismo praticamente da União Européia. Estamos propondo o IRELA fazer uma cooperação em matéria de estudos de comércio entre os países da ALADI e os países europeus. Isso ainda não chegou a uma configuração precisa, mas há boa vontade de ambos, estamos estudando a forma de fazê-lo.

Lembro também que temos contato indireto com a União Européia através do CEFIR. Temos cooperação com o CEFIR, que os europeus consideram, nos contatos que temos, que é uma forma adequada. Porque, na verdade é que politicamente a União Européia, a Comissão e todos os órgãos não têm interesse em manter um contato direto com a ALADI, mas sim com os países da ALADI e de um modo indireto o tem.

Portanto, submeto essas informações à consideração dos senhores.

A respeito da OEA, lembro que em oportunidades anteriores fomos às reuniões da Assembléia da OEA, o Presidente do Comitê e o Secretário-Geral. Lembro, pelo menos dois ou três ocasiões porque tem uma característica política e uma característica técnica. As vezes que estive presente como Secretário-Geral assisti a algumas reuniões de uma comissão de assuntos econômicos e muitas outras denominações, um nome muito longo, em que se tratavam assuntos relacionados com a integração e com o desenvolvimento. O Presidente do Comitê assistiu à Assembléia e teve oportunidade de fazer uma intervenção, bem como também tive.

Isso para complementar a informação referente à preocupação proposta pela ilustre Representação do México.

Essas eram as informações, Senhor Presidente, que queria apresentar para uma completa análise desta questão dos Observadores e outros assuntos mais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Pensamos que este mandato, para que a Presidência e a Secretaria estabeleça contatos com aqueles países observadores que ainda não cumpriram, é realmente muito proveitoso e levaremos em conta as sugestões sobre o caso particular da Espanha tendo um contato pessoal e prévio antes de que assuma junto ao Comitê.

Não sei se haveria algum outro ponto sobre isto. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Para complementar a informação, Senhor Presidente, temos que considerar outros pedidos pendentes que devem ser manejados na análise deste assunto. Solicitaria ao Senhor Isaac Maidana que explicasse isso. Muito obrigado.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana). Efetivamente, Senhor Presidente, são dois casos: a Grécia e Sul-África. Ambos pediram formalmente, em 1994, sua admissão como observadores e conforme os procedimentos a Secretaria tomou contato com ambas as Missões Diplomáticas com a finalidade de orientar e apoiar a celebração de um acordo de cooperação mas, lamentavelmente, até o presente, não houve definição por parte destes países sobre programas específicos, portanto, estes pedidos estão pendentes.

PRESIDENTE. Creio que devemos levar em conta que se em dois anos não houve resposta, prescreve. Haveria que procurar alguma fórmula porque se não pode acontecer que esse pedido tenha sido solicitado por um fato circunstancial e não seria válido continuar mantendo-o em vigor quando não tivermos resposta a nossas condições.



Representação da BOLÍVIA (José Guillermo Loria González). Obrigado, Senhor Presidente. Após os esclarecimentos complementares do Doutor Maidana, devemos entender que os países, que ainda não subscreveram os acordos quadros de cooperação, estariam estudando estas propostas da Secretaria e que não deveríamos entender que se houvesse existido uma espécie de reação adversa às propostas concretas de cooperação feitas pela Secretaria em campos específicos. Consideramos que isto também não é impedimento para estruturar um acordo quadro. Aderimo-nos e compartilhamos da opinião dada aqui, caso esta ação receba um forte apoio político com a participação, a presença do Presidente do Comitê e o Secretário-Geral para acelerar este tipo de acordos quadro.

Às vezes estes processos são longos, porque os países fazem consultas internas para concretizar um tipo de cooperação efetivo e não ter um convênio que, talvez, seja formal, mas na prática não.

De modo que devemos considerar que a ação está em andamento e o que podemos fazer, então, é dar esse apoio sugerido através da Presidência, de expressar o critério do Comitê para concretizar estes acordos quadro e, talvez, deixar um pouco aberta a possibilidade dos países que oferecem a cooperação de identificar as áreas nas que eles mais possam contribuir. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Não havendo mais observações, passaríamos ao ponto seguinte.

6. Apresentação dos Estudos elaborados pela Secretaria-Geral.

- Situação e perspectivas da liberalização comercial no âmbito da ALADI. (ALADI/SEC/Estudo 99).
- ALADI comportamento do intercâmbio comercial com os E.U.A. 1990-1995 (ALADI/SEC/Estudo 100).

... . A Presidência deseja esclarecer que a Mesa considerou conveniente que a apresentação destes Estudos não fosse feita diretamente nos grupos de trabalho, senão que pela relevância dos mesmos seja feita aqui, no Comitê, e depois se tivermos que continuar analisando-os, poderia ser enviada para um grupo de trabalho.

A Secretaria tem a palavra para a apresentação destes Estudos.

SECRETARIA (Jorge Rivero). O Estudo 99 sobre "Situação e perspectivas da liberalização comercial no âmbito da ALADI" foi decidido quando o Comitê estava considerando o programa de trabalhos da Associação e como um avanço, uma contribuição, às negociações que os países-membros estavam realizando no âmbito da ALCA.

Nesse sentido, Senhor Presidente, o trabalho tem como objetivo dois propósitos principais: um, apresentar às representações a situação atualizada dos avanços do processo de liberalização comercial no âmbito da ALADI, entre os países da



Associação e, outro, oferecer alguns elementos de juízo que possam ser úteis aos países em suas negociações a respeito da criação da ALCA.

Neste estudo, Senhor Presidente, tentamos apresentar, em forma muito resumida, a evolução do processo de integração a partir de 1980 até o presente. Nessa análise identificamos três fases ou etapas, que segundo nosso parecer, são claramente salientáveis nesta evolução. Na primeira fase, localizada cronologicamente nos anos 80-85, o processo de integração, a liberalização do comércio entre os países-membros da ALADI, localiza-se na subscrição de acordos de caráter tradicional.

Em primeiro lugar, na maior parte desse período, os países concentram suas negociações na renegociação do Patrimônio Histórico da ALALC e na subscrição de acordos comerciais que também recolhem acordos anteriores.

Na segunda fase, localizada cronologicamente nos anos 86-90, os países dão um passo adiante com a subscrição de acordos de complementação econômica, que, em alguns casos, substituem aos acordos de renegociação do Patrimônio Histórico e, em outros, são acordos novos.

As características principais destes acordos são: uma abrangência de produtos mais ampla que nos acordos tradicionais e que insinuam uma abertura normativa para outros campos do processo de integração.

A terceira fase, localizada no período 91-96 e centralizada especificamente nos acordos de liberalização do comércio, subscritos pelos países-membros. Nesta fase localizamos nove acordos inscritos no âmbito da Associação e do Acordo de Cartagena, como acordos cujo objetivo fundamental é estabelecer zonas de livre comércio entre todos os signatários.

Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, na análise realizada foi possível identificar, com este propósito de ver a evolução do comércio entre os países da região, que estas fases se correlacionam com o entorno internacional imperante em cada uma delas.

Resumindo muito arbitrariamente, poderíamos dizer que a próxima fase coincide com a etapa da crise da dívida externa que enfrentaram nossos países; e que coincide com as políticas de ajuste estrutural das economias de nossos países, como consequência daquela crise. A terceira coincide com um âmbito internacional de maior liberalização do comércio mundial, na qual assistimos na conclusão da Rodada Uruguai, a criação da OMC, o fortalecimento e ampliação da APCE, o fortalecimento e ampliação também da União Européia, a subscrição do TLC e, finalmente, a formação de grandes blocos econômicos que, além disso, não realizam sua ação em seus espaços geográficos, mas que, como estamos vendo hoje, existem laços de inter-relação entre os diferentes blocos e algumas negociações em andamento.

O documento, Senhor Presidente, quer demonstrar principalmente a última fase do processo de liberalização comercial no âmbito da ALADI e para isso se centraliza especificamente nos dez acordos de livre comércio que mencionei.

As características principais desses acordos são que visam o estabelecimento de uma zona de livre comércio. Há dois acordos pertencentes a dois esquemas sub-regionais como o Grupo Andino e como o Mercado Comum do Sul, que vão além, que estão já na fase de união aduaneira imperfeita e que, além disso, propõe a criação de um mercado comum.

Em todos os acordos o âmbito de abrangência da negociação compreende o universo tarifário. Todos previram -alguns já o alcançaram- cronogramas de desgravação automática e linear para esse universo com algumas diferenças como veremos a seguir.



Alguns acordos estabelecem exceções muito reduzidas. Há acordos que deixaram de ser isentos do programa de liberalização comercial um número muito reduzido de itens. Em um dos quadros que os senhores podem apreciar no documento, esse número reduzido alcança, mais ou menos, 4 por cento do universo tarifário.

Outros acordos não contemplaram exceções, mas uma categorização de produtos sensíveis ou sensíveis especiais, cujo cronograma de liberalização não acompanha o cronograma geral senão que se estende no tempo. Em ambos os casos, das exceções e dos produtos sensíveis, trata-se de poder proteger, em termos positivos, a produção nacional. No último caso, quando falávamos dos produtos sensíveis ou sensíveis especiais, o que se está, concretamente, é dar-lhes tempo para poder ser ajustados com a concorrência externa.

Todos os acordos estabelecem o âmbito normativo que regerá esse programa de liberalização e todos, logicamente, contêm normas específicas em matéria de origem, salvaguardas, solução de controvérsias, expressamente previstas.

Muitos acordos recolhem, também, as normas adotadas na OMC, no sistema de valoração em alfândega, nas práticas desleais do comércio, o dumping ou as subvenções, nas normas sanitárias ou fitossanitárias.

No Anexo I do documento, consta uma descrição resumida de cada um destes acordos para poder apreciar não as características gerais, que estou mencionando neste momento, mas as características específicas de cada acordo, como seu cronograma de liberalização, os itens compreendidos, se há exceções e o quadro normativo que os rege.

Tudo isso, também, pode ser apreciado esquematicamente nos quadros e gráficas em anexo. Deles, simplesmente quero chamar a atenção de uma matriz de acordos bilaterais que temos incluído na qual consta a situação atual dos acordos existentes entre os países. Também, temos adiantado, como consta no mesmo documento e mencionei antes, a situação previsível para tentar mostrar nessa matriz que no final desta década, se as negociações em andamento entre os países-membros, entre os países do MERCOSUL e o Grupo Andino, MERCOSUL-México, Chile e Bolívia, concluíram os objetivos que estão propostos nos outros acordos, ou seja, estabelecer zonas de livre comércio, chegaríamos, Senhor Presidente, a que no ano 2000 quase 100% do universo tarifário estaria negociado. Digo, "quase" porque até onde temos informação o acordo entre o MERCOSUL e o México não proporia uma zona de livre comércio, mas seria um acordo de ampla abrangência e não temos informação sobre os objetivos de um provável acordo entre a Bolívia e o Chile.

Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, em 2004, seria atingido quase 90% do universo tarifário, compreendido nos acordos já subscritos e nos acordos em negociação estaria totalmente liberalizado para o interior da região, para o interior dos países da ALADI.

Também no âmbito normativo destes acordo podemos apreciar, na análise preliminar feita, que ainda existem diferenças -há diferenças concretas e marcadas em alguns casos, esse âmbito normativo a respeito do passado está aproximando-se.



Isto tem seu correlato, Senhor Presidente, no âmbito normativo estabelecido em nível multilateral no âmbito da OMC e, além disso, há uma evolução e uma tendência que vai mostrando que, cada vez mais, os países vão aproximando-se desse âmbito normativo, adequado à realidade de seus próprios acordos no intercâmbio intra-regional.

Também, Senhor Presidente, vale a pena mencionar em todo este contexto de contribuição que os países da ALADI podem ajudar à criação da ALCA, que nas cifras de comércio que analisadas para 1994, das exportações totais dos países da América Latina e do Caribe, exceto o Canadá e os Estados Unidos, os países da ALADI exportaram, intra-regionalmente, 93% desse total. Também o comércio total de todos estes países da América Latina e do Caribe, os países da ALADI exportaram 93% desse comércio total.

Finalmente, Senhor Presidente, no documento consta que, em todo este processo negociador que, por um lado, os países estão desenvolvendo para criar a ALCA e que, por outro, os países estão realizando para aprofundar suas próprias relações econômicas e comerciais são, segundo nosso parecer, processos paralelos que se darão no tempo em que estão marcadas as negociações daqui até o ano 2005, que consideramos que um não substitui o outro, senão que as características próprias de cada acordo e fundamentalmente as características próprias dos esquemas sub-regionais que têm metas e objetivos muito definidos e uma organização institucional própria farão com que cada um destes processos avance no sentido em que os países se propuseram.

Senhor Presidente, este é um breve resumo que apresentamos à consideração do Comitê deste documento e, logicamente, estamos à disposição das representações. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL Senhor Presidente, como tínhamos conversado com a Mesa esse é um quadro muito importante para ser considerado, inclusive para a reunião do Conselho de Ministros. O Estudo se restringe à análise dos acordos de livre comércio. Não podemos esquecer que esses dez acordos de livre comércio estão em um entorno que reforça seu significado. Porque há muitos outros acordos, alguns desta Casa, muitos outros fora desta Casa, que configuram uma realidade, um progresso para uma articulação um pouco esquisita porque não está baseada em uma concertação conjunta, senão nas articulações por partes. Temos o comércio com um dinamismo que os senhores já conhecem. Temos os investimentos que estão dirigidos para a região. Temos novas estratégias empresariais. Temos várias associações que estão sendo criadas, que é uma integração cidadã. Temos também uma coisa importantíssima que são os projetos de conexão em transportes, energia e comunicações. Vários outros programas de cooperação diplomática, administrativa e de toda índole entre os países.

Por conseguinte, Senhor Presidente, esse Estudo se coloca em um quadro de novos fatos, novos fatos internos do ano 90 para cá, que creio que é o miolo do trabalho desta Casa que extrapola –e isso é muito importante– os assuntos a serem tratados nesta Casa. Creio que devemos ter uma visão mais ampla do que está previsto no âmbito do Tratado de Montevideu: temos que ver todo o contexto desta integração, a parte de infra-estrutura física, a parte de projetos de cooperação, as ações de cooperação bilaterais entre os países.

Isso é o que queria manifestar, nada mais que para colocar um pano de fundo à apresentação feita pelo Doutor Jorge Rivero.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Obrigado, Senhor Presidente, desejo parabenizar a Secretaria pelo magnífico trabalho e pela muita boa apresentação recém realizada. Consideramos que constitui um esforço valioso que deveríamos apreciar em sua real magnitude.

Apesar desse reconhecimento, temos alguns problemas de interpretação de alguns quadros e anexos que gostaríamos de ter a oportunidade de entregar diretamente à Secretaria para ver se pode ser ajustado. Concretamente, por exemplo, no quadro número 2, quando se refere ao ACE 35, praticamente não aparece liberalização até 1999 marginalmente, inclusive toda a liberalização se produziria em 2004, quando efetivamente há uma grande quantidade de itens que estão com margem de preferência 100%, tanto dos produtos outorgados pelo MERCOSUL quanto dos outorgados pelo Chile. Consideramos que aí há uma distorção que afeta os gráficos seguintes.

Também na matriz, que consideramos um esforço muito destacável, quanto ao Chile-Paraguai, por exemplo, é omitido o ACE 35, que nos parece correto, porque também aí há um esforço de liberalização muito significativo.

Mas, consideramos que isto pode motivar uma análise mais detalhada com a própria Secretaria para corrigir eventuais erros.

Por último, Senhor Presidente, para o único efeito de informar a Sala, desejariamos manifestar que o Chile se encontra em um intenso processo de negociação com o México, Colômbia e Venezuela para eliminar listas de exceções e para transformar os capítulos de serviços, dar-lhes um conteúdo operacional, de maneira de incluir a liberalização do setor serviços em um sistema bastante acelerado. Com o Equador também estamos procurando os mesmos efeitos.

Finalmente, Senhor Presidente, para comunicar que as negociações com a Bolívia se reiniciam em 1º e 2 de maio, em Santiago. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Gustavo Adolfo Moreno). Obrigado, Senhor Presidente. Igual que a Representação do Chile, primeiro para agradecer à Secretaria a exposição do Doutor Rivero do Estudo 99. Consideramos que é um esforço muito grande da Secretaria, cumprindo com o programa de atividades do corrente ano. Parabenizar, também, a Secretaria pela série de estudos que está apresentando, que são de muita utilidade e muito valiosos para nossas Representações e para nossos países.

Em momentos mutantes e quando surgem diferentes caminhos paralelos para a integração em nível regional e hemisférico tal como foi mencionado pelo Secretário-Geral quanto ao ponto de vista de tomar o ano 90 em diante, vemos que este Estudo é um chamado de atenção sobre os avanços que se estão realizando e, como foi mencionado pelo Doutor Rivero –fez um pequeno parágrafo que citaria, que está nas conclusões, pelos dados mencionados, de grande importância: “Se as





negociações em curso se concretizam, a percentagem do comércio negociado a respeito do total intra Aladi passaria de 58%, em 1994, a 100%, em 2000, esperando-se um crescimento importante nos montantes e volumes comercializados entre os onze países-membros e uma percentagem próxima a 90% do comércio intra ALADI estaria liberado em 1004". São dados que chamam a atenção e que são muito didáticos para tomar consciência dos avanços que se estão realizando quando estamos indo para a ALCA e devemos começar estas negociações em 2005.

Senhor Presidente, como foi mencionado pela Representação do Chile, este Estudo está em consideração e está em processo de análise por parte de nossa Representação e qualquer outro comentário será enviado para a Secretaria. Por outro lado, se este Estudo –como Vossa Excelência manifestou em um início, por sua importância, igual que o Estudo 100- fosse, após esta apresentação, formal por parte da Secretaria-Geral, derivado para o grupo de trabalho, poderíamos continuar analisando as preocupações dos países e seguir enriquecendo-o. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Moisés Arteaga Lozano). Obrigado, Senhor Presidente. Queria aderir às congratulações sobre este documento apresentado pela Secretaria-Geral. Realmente é um documento muito interessante. Lembro a Vossas Excelências que naquela lista de reflexões formuladas para a reunião do Conselho de Ministros da ALADI havia duas perguntas: a letra a) dizia: "quais foram os logros reais e práticos conseguidos até agora pela ALADI?" e a letra b): "Quais são as ações de integração realizadas e quais seus resultados?". Creio que este documento está respondendo bastante bem. Creio que este é um dos documentos básicos que servirão para a Reunião do Conselho de Ministros, porque está respondendo muito bem a certas perguntas.

Estamos vendo, portanto, que se conseguiu bastante. Não somente isto, senão a voz de alento pelo que se está fazendo, um pronóstico de quanto mais vai conseguir-se nos próximos anos. Considero que tudo isto é muito interessante e por isso minhas congratulações.

Concretamente, queria referir-me aos acordos comerciais entre o Chile e o Equador que continuam aperfeiçoando-se e que está indo para a lista de exceções e para um futuro muito amplo do comércio. Tudo isto, logicamente, no âmbito que nos está oferecendo a ALADI para isto. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Rogelio Granguillhome Morfin). Obrigado, Senhor Presidente, também para aderir às congratulações à Secretaria-Geral pela elaboração e apresentação feita pelo Senhor Rivero deste documento.

Continuando com o comentário feito da distinta Representação do Chile, Senhor Presidente, creio que seria útil que neste tipo de estudos, como é feito em outros organismos, conste em alguma nota o nome de quem o fez, dos responsáveis ou da equipe que colaborou com o documento para que as Representações possam fazer os contatos necessários com os que realizam este tipo de documentos, por exemplo, em outros organismos, procurando sempre melhorá-lo através de algumas sugestões.

Deveríamos, por exemplo, Senhor Presidente, fazer alguma contribuição concreta no quadro um. Consideramos que na análise da evolução do comércio negociado é importante levar em conta o comportamento das negociações celebrado pelo México com a Colômbia e com a Venezuela e, logicamente, também com o Chile em termos de que a partir deste ano temos tarifa zero em mais de 90 por cento de nossas tarifas. Na análise feita no documento não se incorpora a evolução do comércio negociado com o México, com a Venezuela e da Colômbia e do Chile e creio que isso deveria fazer-se para ter uma análise mais completa, repito, do comportamento do comércio negociado.



Coincindo, Senhor Presidente, com o manifestado pelo Senhor Secretário-Geral. Pensamos que este documento pode ser enriquecido com a incorporação dos temas objeto de negociação em nossos acordos que vão além do manifestado pelo Tratado de Montevideu 1980. Isto é, seria interessante e importante também incorporar à análise o esforço de liberalização e os resultados deste esforço em matéria de investimentos e em matéria de serviços. Pelo menos todos os acordos subscritos pelo México incorporam temas desta natureza que motivou uma liberalização importante e um crescimento também relevante do investimento e dos serviços.

Em termos da perspectiva, como propôs o Senhor Rivero em sua apresentação do documento, frente às negociações da ALCA, talvez valeria, Senhor Presidente, levar em conta na análise feita do ponto de vista global que para 2004, o México terá certamente subscritos acordos de livre comércio e eventualmente zonas de livre comércio com todos os países do Continente. Repito, com todos os países do Continente. Até esta data, como manifestou o Senhor Rivero e como bem indica o próprio Estudo, o acordo que estamos negociando com o MERCOSUL é de caráter transitório. Pensamos que, em seu momento, uma vez concluída esta fase de negociação, teremos algum espaço, no médio prazo, de reflexão e de avaliação sobre a conveniência ou não, repito, de redimensioná-lo. Mas, é importante salientar que tendo em vista as coisas desde nossa perspectiva para o ano 2004 o México terá acordos de livre comércio com todos os países do Continente.

Por último, Senhor Presidente, queria referir-me ao comentário do Senhor Representante do Chile: o acordo México-Chile. Estamos falando aqui, neste esquema apresentado pela Secretaria de acordos de primeira, segunda e terceira geração que, confesso, entre parênteses, não gosto, Senhor Presidente. Porque não dá seu justo papel a outros acordos, como o ACE 5, que tem onze anos de livre comércio, é um acordo de livre comércio entre o México e o Uruguai onde oferecemos preferências recíprocas de cem por cento superiores a 97% de nossas tarifas. Esse, de acordo com o esquema apresentado pela Secretaria, seria um acordo de primeira geração, quando na prática é um acordo de livre comércio. Dizia que não gosto disto porque, então, que acontece? Comento o que já manifestou o Senhor Representante do Chile, que estamos revisando o acordo de livre comércio México-Chile, estamos redimensionando-o. Então, teremos muito proximamente, Senhor Presidente, como manifestou o Embaixador Bermúdez, talvez antes da finalização deste ano, o primeiro acordo de quarta geração, para continuar com o esquema seguido pela Secretaria. Isso é tudo, Senhor Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETARIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Desejo agradecer as congratulações feitas pelos ilustres Representantes dos países-membros e esclarecer, também, que, em geral, os trabalhos que estamos realizando são trabalhos de equipe. É muito difícil identificar, na realidade, os autores são de toda a

equipe, em particular nesse trabalho entrevistamos o Secretário-Geral, os Adjuntos e os Diretores e vários técnicos que trabalharam, tanto do Setor Negociações quanto do Setor Estudos, porque é um trabalho que a Secretaria considera um dos mais importantes, aliás o mais importante, como um chamado de atenção e uma indicação de para onde estão encaminhadas as coisas.



Sabemos que não temos um “single undertaking”, não temos uma negociação única, conjunta, sabemos que as coisas estão caminhando por articulações parciais e essas articulações se estão superpondo na medida em que há muitos países que participam de mais de um acordo e que o acordo de alcance parcial foi uma forma encontrada aqui, nesta Casa, como exceção da cláusula da nação mais favorecida na Associação e é uma forma realmente obtida para avançar no processo de integração. Mas, sabemos também que é importante que em algum lugar, já que não há um órgão supranacional, que não há um “single undertaking”, deve ter-se essa visão de conjunto. Há alguns aspectos fundamentais nessa visão de conjunto. Não há nenhuma dúvida que um dos aspectos mais importantes são esses dez acordos de livre comércio. Há outros mais que dão outro significado a esses acordos, como manifestei antes. Por conseguinte, é muito importante que continuemos nessa visão de conjunto.

Queria dizer, também, que esta classificação, foi feita com a intenção de que há um progresso dos próprios países na forma em que estão sendo encarados os acordos, que propriamente classificar cada acordo em especial. Compartilhamos da idéia de que o acordo México-Uruguaí vai além dessas classificações, em parte é um acordo de nova geração no sentido que está descrito. A classificação serve muito mais para mostrar que houve um progresso, que os países foram progredindo para fórmulas de maior profundidade nas relações. Essa é a única razão pela qual se fala de uma primeira, de uma segunda, de uma terceira geração.

Essas eram as observações que queria fazer, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. A Presidência considera que este trabalho realizado pela Secretaria e apresentado pelo Licenciado Rivero é de grande utilidade, não somente para a análise de nossos países, mas também para um ponto da agenda que é “consolidação da dimensão regional do processo de integração”. É o primeiro ponto que tínhamos fixado e que vem da Nona Reunião do Conselho de Ministros.

Creio que existiram muitas intervenções que enriquecem este documento de base. Surgiram as idéias de outros acordos que se estão tramitando, da transposição de um acordo do segundo período para o terceiro período, surge a idéia de aprofundar para onde avançam os temas novos a respeito dos acordos subscritos porque em uma menção da Secretaria se fala muito vagamente de que estão sendo incluídos temas como serviços, investimentos, com diferentes níveis de negociação. Pelo que sabemos, não sei se há negociações, simplesmente, anúncios, intenções dos Governos de incluir estes temas. Um tema muito importante, que era preocupava a todos, era o tema das normas, a dispersão das normas. A exposição do Licenciado Rivero nos dá certa tranqüilidade ao assinalar que há uma convergência para as normas da OMC.

Creio que este é um tema muito importante. Também é muito importante a conclusão que isto é paralelo com a ALCA; que as bases dos acordos sub-regionais e do entrelaçamento não tem nada a ver com o outro, dado que a dimensão destes é muito mais profunda que a do outro acordo. Creio que isto também é outra definição muito importante.

Não sei se os senhores concordam, como surgiram muitas intervenções e creio que temos que ir aperfeiçoando este documento de base, em pedir à Secretaria que coordene um grupo de trabalho e cada Representação lhe enviaria as preocupações sobre o documento. Uma vez que tenha uma revisão um ou uma revisão xis, apresentá-lo novamente porque é uma forma de ir avançando sobre uma estrutura já definida.

Se os senhores estiverem de acordo, proceder-se-á desse modo.

Assim se procederá.

A respeito do Estudo 100, a Secretaria informa que hoje, por razões de saúde, o funcionário responsável não poderá fazer sua exposição, portanto, fica para a próxima reunião. É o estudo "ALADI, comportamento do intercâmbio comercial com E.U.A. 1990-1995".

Não havendo outros assuntos passaríamos para o seguinte.

7. Assuntos diversos.

- Informação sobre a visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil.

... . Pediríamos à Secretaria que nos informasse sobre a visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil e, igualmente, convidaríamos ao Representante do Brasil para dar-nos alguma informação.

Tem a palavra a Secretaria.

SECRETARIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. Recebemos a missão de avançada do Ministério das Relações Exteriores e discutimos todo o esquema a realizar durante a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso, da República Federativa do Brasil a esta Casa.

A visita começará às nove e meia com a chegada do Presidente que será recebido na porta da ALADI pela Mesa deste Comitê, o Senhor Representante do Brasil, logicamente, e o Secretário-Geral. A diferença de outras vezes em que as visitas ilustres iam para a Sala do Secretário-Geral, desta vez não será assim. O Presidente será recebido pela Mesa, pelo Senhor Representante do Brasil e pelo Secretário e logo se encaminhará para aqui, onde saudará os Representantes, os Embaixadores no Saguão, como sempre, e depois se dirigirá à Sala. Aqui falará o Senhor Presidente do Comitê, fala o Secretário, oito minutos para cada um porque temos um total, máximo, de cinquenta minutos para a visita porque o Presidente tem outros compromissos depois. A seguir, fala o Presidente da República, depois lhe é entregue a medalha comemorativa e na Secretaria estamos tentando preparar um livro, que seria um resumo que tem muito deste trabalho, que foi exposto hoje, e outros mais, que mostraria a situação atual do processo de integração em forma muito resumida, adequada para ser lido por Presidentes e Chanceleres. A idéia é que este documento seja depois encaminhado aos Presidentes e aos Chanceleres. Por primeira vez seria entregue aqui aproveitando a visita do Presidente do Brasil.

Tenho entendido que o Presidente traz também alguns presentes para a Associação. É possível que haja um ato de entrega dos mesmos.





A organização na Mesa, também já está definida, conforme outras vezes. Inclusive Itamarati nos comunicou que seja exatamente igual a outras oportunidades. Ou seja, seguindo as tradições da Casa.

Essas são, Senhor Presidente, as informações básicas. O expediente deve ser cumprido em forma muito estrita porque é impressionante a agenda do Presidente do Brasil. Não creio que possa cumpri-la a não ser que tenha a seu lado um protocolo como um "chicote" na mão porque realmente é uma coisa densíssima de reuniões e encontros.

De modo que por isso seria interessante estar aqui dez ou quinze minutos antes para poder garantir às nove e meia a recepção do Presidente e todo o programa que segue. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Gustavo Adolfo Moreno). Obrigado, Senhor Presidente. Desejaria perguntar ao Secretário-Geral através de Vossa Excelência se já conhece os integrantes da Comitiva que acompanhará ao Senhor Presidente da República.

SECRETARIO-GERAL. Muito oportuna a pergunta. Senhor Presidente, na realidade não a conhecimentos exatamente, porque existe a possibilidade que venham até seis ministros, mas Itamarati não nos deu a certeza. Como ontem chegou outra "avançada" para uma definição final de todo o programa é possível que amanhã ou passado amanhã tenhamos esta informação. Mas é possível que venham seis ministros. Tal é assim que pensamos colocá-los em lugares especiais: três por um lado e três por outro. Virá, logicamente, o Ministro das Relações Exteriores que estará na Mesa como membro do Organismo máximo desta Casa que é o Conselho de Ministros. Também empresários, mas suponho que não estarão aqui, porque há, simultaneamente, um seminário com seus pares uruguaio em outra parte ao qual provavelmente também assistirá o Ministro das Indústrias e Comércio do Brasil que virá com a Comitiva.

PRESIDENTE. Muito bem, muito obrigado.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente, nada mais que para agradecer a Vossa Excelência, ao Comitê e ao Secretário-Geral a atenção que dedicam à visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso que será terça-feira 6, às 9h 30m e muito respeitosamente apoiaria o pedido que fez o Secretário-Geral para que pudéssemos estar aqui um pouco antes das 9h 30m pela agenda que tem o Presidente, que sim vai cumpri-la, logicamente com a ajuda de nossos anfitriões uruguaio. É uma agenda muito intensa que tem nos dois dias e duas noites que passará no Uruguai. Estarei antes das nove, mas so senhores, se podem chegar às nove e quinze, agradeceria a Vossa Excelências, porque o Presidente vem de um evento na Intendência que terminará nove e vinte e cinco para chegar aqui justo.

Quanto à Comitiva, Senhor Presidente, uma parte importante do Governo brasileiro se trasladará aqui, creio que teremos como cinco ou seis Ministros, certamente o Chanceler, o Ministro das Indústrias, o Ministro de Minas e Energia e talvez o Ministro de Transporte, de Justiça, o Chefe da Casa Militar da Presidência, pelo menos isso seria confirmado nos próximos dias e enviaria a informação a Vossa Excelência.

Além disso, já estão confirmados os Governadores de Estado do Brasil: o Governador do Rio Grande do Sul e um do Nordeste, de Sergipe, um pequeno Estado do Nordeste. Além disso, Parlamentários, Senadores e Deputados, etc. .



Antecipadamente, agradeço a paciência dos senhores para acomodar essa comitiva muito longa, mas isso nada mais que para pôr de manifesto a importância que o Brasil, o Presidente Cardoso, atribui a esta Associação.

Os empresários creio que não estarão aqui porque devem estar nesse seminário e porque além disso creio que seria impossível localizá-los a todos.

Então, Senhor Presidente, novamente desejo agradecer sua atenção. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Representante do Uruguai.

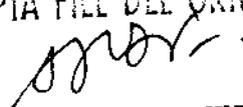
- Sétima reunião do Comitê de Sementes (28030.X.1996).

Representação do URUGUAI (Adolfo Castells Mendivil). Obrigado, Senhor Presidente. Simplesmente para solicitar que seja incluído na ordem do dia da próxima sessão do Comitê um documento que foi distribuído, que foi recebido nestes dias nas representações, o documento ALADI/SEC/di 936, de 15 de abril de 1997, referente a uma ata que creio que foi assinada ou aprovada na Sétima Reunião do Comitê de Sementes, de 28 a 30 de outubro de 1996, em Gramado, Brasil. Solicitar-lhe-ia que fosse incluída na próxima ordem do dia. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Assim será feito.

Não havendo outra preocupação e havendo terminado a ordem do dia, encerra-se esta sessão ordinária.

ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL


ANTONIO J. C. ANTUNES
Secretario General